FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE

KLAYSON SESANA BONATTO

ANÁLISE DA INTENÇÃO DE EXERCER O CONTROLE SOCIAL:
um estudo do programa CidadES Controle Social

VITÓRIA
2019

KLAYSON SESANA BONATTO

ANÁLISE DA INTENÇÃO DE EXERCER O CONTROLE SOCIAL:
um estudo do programa CidadES Controle Social

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Administração Pública da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof.º Dr. Fábio Yoshio Suguri Motoki.

VITÓRIA
2019

KLAYSON SESANA BONATTO

ANÁLISE DA INTENÇÃO DE EXERCER O CONTROLE SOCIAL:
um estudo do programa CidadES Controle Social

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Administração Pública da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovada em 15 de maio de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Prof. Dr.: FÁBIO YOSHIO SUGURI MOTOKI
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

_____
Prof. Dr.: SÉRGIO AUGUSTO PEREIRA BASTOS
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

_____
Prof. Dr.: DANIEL MODENESI DE ANDRADE
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

AGRADECIMENTOS

Ao Tribunal de Contas do Espírito Santo, pela oportunidade de uma nova formação.

À Aline, minha esposa, pela compreensão das nossas privações durante o curso.

Aos meus pais, pelo estímulo ao estudo desde os meus primeiros anos.

Aos professores Emerson Mainardes e Fabio Motoki, por iluminarem meu caminho, pacientemente.

Aos colegas de curso, pela amizade, companheirismo e parceria durante a jornada.

“When I design something that makes people's lives better, helps them work smarter, or gives them what they need to succeed in something that is important to them, I am reminded that one of the great cornerstones of a life worth living is the joy of doing good work. This doesn't just happen; it is the result of effort that you make because you care.”

-- Stephen Few

RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar, apoiando-se na Teoria do Comportamento Planejado (Theory of Planned Behavior) se ferramentas informatizadas voltadas ao controle social induzem a intenção e, por conseguinte, o comportamento dos indivíduos, no que tange ao acompanhamento da gestão pública. Foi proposto um modelo teórico composto pelos construtos intenção, atitude, normas subjetivas, utilidade percebida, confiança no sistema informatizado, controle comportamental percebido e comportamento. O sistema CidadES Controle Social do Tribunal de Contas do Espírito Santo foi selecionado como objeto de estudo e a coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico. A análise de dados foi feita utilizando-se modelagem de equações estruturais com estimação por mínimos quadrados parciais. Os resultados do trabalho sugerem que, no que diz respeito ao uso de ferramentas informatizadas de controle social, a intenção e o comportamento são influenciados principalmente pela utilidade que os indivíduos atribuem ao uso desse tipo de sistema. Observou-se também que os círculos sociais (família, colegas de trabalho, amigos, etc.) não exercem influência significativa sobre os indivíduos quanto à utilização de *softwares* voltados ao controle social.

Palavras-chaves: Controle social; Teoria do comportamento planejado; Acompanhamento da gestão pública; Participação popular.

ABSTRACT

The objective of this work is to verify, based on the Theory of Planned Behavior, if digital tools aimed at social control lead into intention and, consequently, the citizen's behavior regarding public administration monitoring. A theoretical model it was proposed based on the concepts of intention, attitude, subjective principles, perceived utility, trust in the digital tool, perceived behavior control, and behavior. The system CidadES Controle Social, developed by Tribunal de Contas do Espírito Santo, was analyzed and the data was collected using an online questionnaire. Data analysis was made through structural equations modeling with partial least squares estimation. The results suggest that, with regard to the use of social control computerized tools, both intention and behavior are influenced mainly by the usefulness attributed to such tools by each individual. It was also noted that social circles (family, co-workers, friends, etc.) do not exert significantly influence on the individuals regarding the use of software aimed at social control.

Keywords: Social control; Theory of Planned Behavior; Public administration monitoring; Citizen's involvement.

SUMÁRIO

Capítulo 1 ..... **8**

1 INTRODUÇÃO **8**

Capítulo 2 ..... **11**

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **11**

2.1 MODELO PROPOSTO E HIPÓTESES 12

Capítulo 3 ..... **17**

3 METODOLOGIA **17**

Capítulo 4 ..... **21**

4 ANÁLISE DOS DADOS **21**

Capítulo 5 ..... **30**

5 CONCLUSÃO **30**

REFERÊNCIAS **32**

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO E VARIÁVEIS **35**

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O controle social, mecanismo que visa ao acompanhamento exercido pelo povo sobre as ações governamentais, teve seu conceito consolidado pela Constituição Federal de 1988 com a introdução de instrumentos de participação popular, como as audiências públicas e os conselhos gestores. Um dos maiores benefícios dos mecanismos de controle social é permitir que a sociedade tenha acesso a informações que, até então, eram de conhecimento exclusivo dos gestores públicos, o que abria espaço para desvios e corrupção. Com a crescente popularização da Internet nas últimas décadas, os governos também passaram a adotá-la como canal de aproximação com a sociedade e como meio de disseminação de sistemas informatizados de controle social. Dois marcos normativos que objetivaram promover essa modernização dos meios de participação popular ofertados pelo governo foram a Lei Complementar 131/2009 (Brasil, 2009), popularmente conhecida como Lei da Transparência, e a Lei 12.527/2011 (Brasil, 2011), popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação. Linhares e Humenhuk (2012) identificaram que 58% da população entrevistada apontou a Internet como principal forma de exercer o controle social.

Apesar do aparente benefício à sociedade gerado pelos sistemas informatizados voltados ao controle social, é necessário verificar se eles, de fato, atingem seu objetivo de estimular os cidadãos a acompanhar e fiscalizar as ações governamentais. Após pesquisar os instrumentos de acompanhamento dos gastos públicos, Tosi (2009) observa que ainda se faz necessário avaliar se o cidadão sente-se realmente responsável por participar da fiscalização da “coisa pública”.

Diante de tal contexto, o propósito desta pesquisa é verificar, utilizando-se a Teoria do Comportamento Planejado, se as ferramentas informatizadas voltadas ao controle social induzem a intenção e, por conseguinte, o comportamento dos indivíduos, no que tange ao acompanhamento da gestão pública. Espera-se que as descobertas deste estudo auxiliem no direcionamento dos esforços envolvidos durante o desenvolvimento dessas ferramentas e contribuam, mesmo que de forma indireta, para a formação de uma sociedade mais empoderada, engajada e consciente dos seus direitos.

Diversas pesquisas foram realizadas sobre fatores que influenciam os cidadãos a terem envolvimento efetivo com experiências participativas de gestão pública (Ferreira & Ferreira, 2014; Milani, 2008; Sabioni, Ferreira, & Reis, 2018). Esses estudos oferecem contribuição para esse campo de pesquisa, porém, ainda é necessário investigar se o próprio mecanismo de fomento ao controle social desperta no indivíduo o interesse de acompanhar e fiscalizar as ações e gastos dos gestores públicos. Essa compreensão é importante, pois pode auxiliar o governo a canalizar seus esforços de forma mais apropriada na seleção, manipulação e apresentação das informações que são divulgadas por essas ferramentas, adotando estratégias que melhor estimularão a participação do cidadão.

Sabioni et al. (2018) corroboram esse entendimento ao afirmarem que os instrumentos de controle social devem ser permanentemente investigados e que são necessárias mais pesquisas sobre os fatores que influenciam os indivíduos a ter comportamento mais ativo no acompanhamento da gestão pública. Al-Hujran, Al-Debei, Chatfield e Migdadi (2015) têm posicionamento semelhante, ao afirmarem que é necessária uma clara compreensão do que realmente motiva a população a utilizar

esse tipo de instrumento, para que o governo possa tomar decisões estratégicas bem fundamentadas.

Para testar o modelo proposto, bem como as hipóteses formuladas neste estudo, foi avaliado o sistema CidadES Controle Social, desenvolvido pelo Tribunal de Contas do ES e acessível publicamente via Internet. Foi realizada coleta de dados por meio de questionário *on-line* e a análise utilizou modelagem de equações estruturais (SEM – *Structural Equation Modeling*) com estimação por mínimos quadrados parciais (PLS – *Partial Least Squares*).

Os resultados do trabalho sugerem que, no que diz respeito ao uso de ferramentas informatizadas de controle social, a intenção e o comportamento são influenciados principalmente pela utilidade que os indivíduos atribuem ao uso desse tipo de sistema. Observou-se também que os círculos sociais (família, colegas de trabalho, amigos, etc.) não exercem influência significativa sobre os indivíduos quanto à utilização de *softwares* voltados ao controle social.

A pesquisa oferece sua contribuição teórica ao avançar no entendimento do comportamento humano relacionado ao uso de sistemas de governo eletrônico, analisando especificamente o uso de sistemas relacionados ao controle social, à luz da Teoria do Comportamento Planejado.

Capítulo 2

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a realização da análise comportamental dos utilizadores do sistema CidadES Controle Social, foi utilizada a Teoria do Comportamento Planejado – TCP - (Ajzen, 1991), a qual afirma que mesmo que a intenção não se traduza, de imediato, em prática, ela é considerada uma predecessora do comportamento. Dessa forma, o modelo teórico da TCP se apresenta como potencial instrumento de predição das condutas dos cidadãos que utilizam ferramentas informatizadas voltadas ao controle social

A TCP estabelece que a intenção e, por conseguinte, o comportamento, são determinados por três construtos preditores: atitude; norma subjetiva; e controle comportamental percebido. A relação existente entre os construtos da TCP pode ser observada na Figura 1.

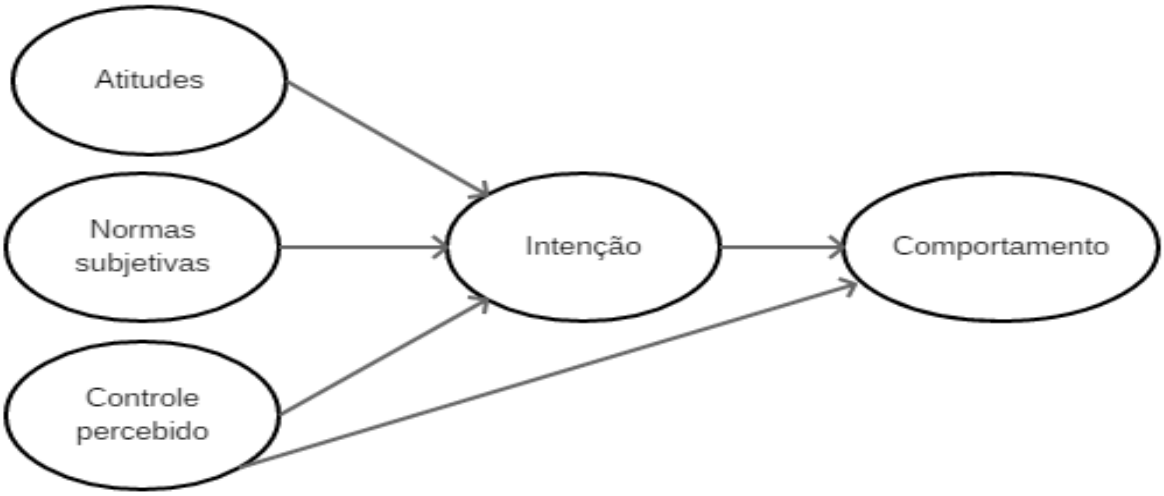

Figura 1 – Modelo teórico original da Teoria do Comportamento Planejado
Fonte: elaboração própria, baseada em Ajzen (1991)

São encontrados na literatura científica estudos que utilizam a TCP como base teórica e que investigam questões comportamentais relacionadas ao uso de

ferramentas de governo eletrônico (Al-Hujran et al., 2015; Horst, Kuttschreuter, & Gutteling, 2007; Hung, Chang, & Yu, 2006; Kanat & Ozkan, 2009; Kanat & Ozkan, 2011; Rana, Lal, & Slade, 2016). Esses estudos buscam identificar se os construtos preditores da TCP (atitude, normas subjetivas e controle comportamental percebido) e algumas de suas crenças correlatas têm influência na intenção de utilização desses serviços. Da mesma forma, porém com foco específico em soluções de *e-Government* voltadas ao controle social, o presente trabalho busca compreender se a atitude, normas subjetivas e controle comportamental percebido, além das crenças relacionadas à utilidade percebida e confiança no sistema informatizado, possuem influência sobre a intenção e o comportamento dos indivíduos.

2.1 MODELO PROPOSTO E HIPÓTESES

No modelo construído para a condução desta pesquisa, não foram acrescentados construtos preditores além dos três originalmente previstos na TCP. Fazendo uso da extensibilidade que a TCP oferece, as crenças “utilidade percebida” e “confiança no sistema informatizado” foram relacionadas ao construto preditivo “atitudes”. O suporte teórico associado a essas crenças veio do trabalho conduzido por Carter e Bélanger (2005). Ajzen (1991) alerta sobre a importância de validar de forma independente as crenças selecionadas, em pesquisa própria e à parte, razão pela qual foram utilizadas neste trabalho escalas previamente validadas por outros pesquisadores. De forma gráfica, o relacionamento entre os construtos das crenças do modelo e os construtos preditivos da TCP pode ser observado na Figura 2.

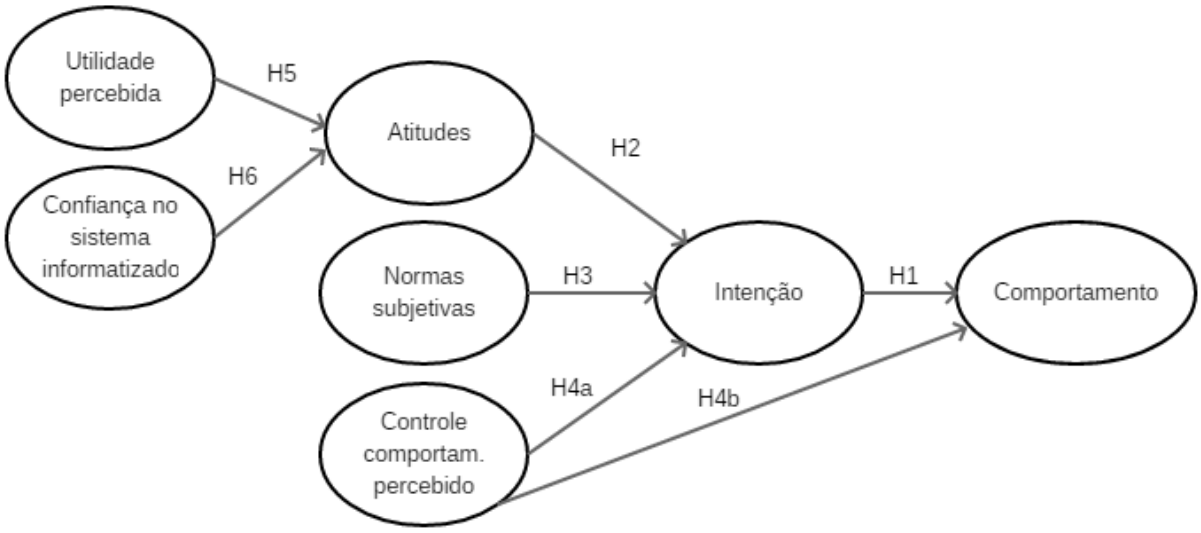

Figura 2 – Modelo proposto
Fonte: elaboração própria

De acordo com a TCP, a intenção é o resultado da convergência dos fatores motivacionais representados pelas atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido (Ajzen, 1991). Ainda de acordo com a teoria, o comportamento é antecedido pela intenção, tendo esse construto, então, alto grau preditivo das ações dos indivíduos. Para verificar se a intenção de uso de ferramentas informatizadas voltadas ao controle social culmina, de fato, no uso efetivo desses sistemas, a seguinte hipótese foi formulada:

H1 - A intenção de uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente o comportamento de uso efetivo do sistema.

Segundo Ajzen (1991), a atitude representa a avaliação prévia que o indivíduo realiza sobre um determinado comportamento pretendido. Quanto mais positiva for essa avaliação, maior será sua intenção e, consequentemente, maior será a probabilidade da efetivação do comportamento. A influência positiva do construto atitude sobre a intenção foi apontada pelas pesquisas de Hung et al (2006) e Al-Hujran et al (2015). Presume-se que quando o cidadão tem uma clara percepção dos

benefícios, para si ou para a coletividade, relacionados ao uso de uma ferramenta informatizada voltada ao controle social, tenderá a ter a intenção de utilizar tal sistema. Tomando essa conceituação, formulou-se então a seguinte hipótese:

H2 - A atitude em relação ao uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente a intenção de uso do sistema.

Ajzen (1991) afirma que as normas subjetivas podem exercer influência sobre as intenções do indivíduo e estão relacionadas à crença de como o seu comportamento será ou não aceito pelo seu círculo social, sua família, seus colegas de trabalho, seus amigos e, de forma abrangente, a sociedade em geral (Arruda, da Rocha, & Montenegro, 2015). Alguns estudos que utilizaram a teoria do comportamento planejado em sistemas de *e-Government*, porém, concluíram que as normas subjetivas não representaram um construto com significativo poder de predição da intenção (Ozkan & Kanat, 2011; Horst et al., 2007). Para que se possa suportar esse entendimento, o construto foi mantido durante a realização da pesquisa, formulando-se a seguinte hipótese:

H3 - As normas subjetivas relacionadas ao uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influenciam positivamente a intenção de uso do sistema.

O controle comportamental percebido, de acordo com Ajzen (1991), é a percepção que um indivíduo tem de fatores que potencialmente podem influenciar sua intenção de comportamento ou diretamente o próprio comportamento pretendido. Ao acreditar que há obstáculos fora de seu controle relacionados ao comportamento que deseja realizar, o indivíduo se sente desestimulado a dar continuidade no fluxo mental que culmina na consumação do comportamento. Por outro lado, ao presumir que o comportamento desejado está cercado de condicionantes que lhe são favoráveis,

tenderá a dar seguimento à ação pretendida. Ajzen (1991) ainda orienta que o controle comportamental percebido pode exercer influência direta no comportamento, nas situações em que representa um controle real sobre a ação pretendida, sem a necessidade de intermediação do construto intenção. Ozkan e Kanat (2011) identificaram que o controle comportamental percebido tem relação direta com as intenções de adoção por parte dos usuários de sistemas de governo eletrônico. Para testar essa proposição, formulou-se as seguintes hipóteses:

H4a - O controle comportamental percebido no uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente a intenção de uso do sistema.

H4b - O controle comportamental percebido no uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente o comportamento de uso do sistema.

Davis, Bagozzi e Warshaw (1989) abordaram como a utilidade percebida afeta a atitude e, consequentemente, a intenção dos indivíduos. Segundo os pesquisadores, a utilidade percebida está relacionada à forma como uma determinada ferramenta, produto ou serviço podem auxiliar a pessoa a alcançar um determinado objetivo. Os trabalhos de Ozkan e Kanat (2011) e Al-Hujran et al. (2015) identificaram forte grau de influência da utilidade percebida na predição das atitudes dos cidadãos em utilizar serviços de *e-Government*. Nesta pesquisa, a utilidade percebida está relacionada ao grau com que o sistema informatizado de controle social analisado colabora para informar ao cidadão sobre como os recursos públicos estão sendo utilizados pelo governo. Dessa forma, a seguinte hipótese foi formulada:

H5 - A utilidade percebida associada ao uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente a atitude associada ao uso do sistema.

De acordo com Colesca (2009), Carter e Bélanger (2005) e Kanat e Özkan (2009), o sucesso na adoção de soluções de *e-Government* requer que os cidadãos tenham confiança no governo. Quando o indivíduo possui um baixo sentimento de confiança no governo em oferecer serviços eletrônicos, menor será sua propensão (atitude) de utilizar soluções de *e-Government*. Dessa forma, considera-se que a confiança nos serviços oferecidos aos cidadãos tende a ser um dos fatores que influenciarão a sua atitude de utilizar um sistema informatizado voltado ao controle social. A seguinte hipótese foi testada para validar esse entendimento:

H6 - A confiança no sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente a atitude associada ao uso do sistema.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

Para testar o modelo proposto utilizou-se como objeto de análise o sistema CidadES Controle Social, desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo e disponibilizado aos cidadãos via Internet. Esse sistema concentra diversas informações fiscais e econômicas relacionadas às prestações de contas de todos os órgãos públicos municipais e estaduais do Espírito Santo. A motivação para a sua escolha como objeto de análise deve-se à abrangência de informações que disponibiliza publicamente e ao seu potencial como instrumento de controle social e promoção da cidadania.

A coleta de dados ocorreu de janeiro a março de 2019, período em que o *link* de acesso ao questionário esteve disponível na página principal do sistema CidadES Controle Social. Ao acessar o sistema, os usuários eram apresentados a uma mensagem que os convidava a responder o questionário. Durante o mesmo período também foram enviadas mensagens eletrônicas a cidadãos e servidores públicos em geral, convidando-os a preencherem o questionário da pesquisa. Utilizou-se uma amostragem não probabilística por acessibilidade, visto que os respondentes do questionário não foram previamente selecionados por meio de qualquer critério estatístico.

Ao acessar o questionário, o potencial respondente é apresentado a um texto introdutório, cujas funções são sensibilizar o indivíduo sobre a importância da sua participação, instruí-lo a visitar previamente o site CidadES Controle Social e, por fim, fornecer-lhe orientações básicas sobre o processo de preenchimento. O questionário propriamente dito está organizado em três seções.

A primeira seção consiste de uma única pergunta de controle populacional: “você já visitou o sistema CidadES Controle Social, disponível no endereço http://cidades.tce.es.gov.br?”, que tem como objetivo validar a amostra, eliminando de sua versão final os respondentes que não tiverem contato com a ferramenta de controle social analisada.

Na segunda parte do instrumento de coleta de dados são apresentadas 24 afirmativas, que devem ser respondidas utilizando-se a escala de Likert de sete pontos, com respostas que variam de "discordo totalmente" (1) a "concordo totalmente" (7). As afirmativas estão distribuídas da seguinte forma: três afirmativas para mensurar o construto intenção (I1 a I3) (Mathieson, 1991), três questões para mensurar o construto atitude (A1 a A3) (Al-Hujran et al., 2015), três questões para mensurar o construto normas subjetivas (N1 a N3) (Mathieson, 1991), cinco questões para mensurar o construto utilidade percebida (U1 a U5) (Carter & Bélanger, 2005), quatro questões para mensurar o construto confiança no sistema informatizado (CSI1 a CSI4) (Carter & Bélanger, 2005), três questões para mensurar o construto controle comportamental percebido (CCP1 a CCP3) (Taylor & Todd, 1995) e, finalmente, três questões para medir o construto comportamento (C1 a C3) (Chu, Hsiao, Lee, & Chen, 2004).

Na terceira parte do instrumento de coleta de dados foram incluídas 6 questões que objetivam realizar a caracterização sociodemográfica dos respondentes, sendo uma questão relacionada à sua escolaridade, uma questão relacionada a sua renda, uma questão relacionada ao seu sexo, uma questão relacionada à sua faixa etária, uma questão que identifica se o respondente é servidor público, uma questão que identifica se o respondente ocupa função relacionada à gestão de recursos públicos. Por fim, também foi incluída uma questão que identifica de que forma o respondente

tomou conhecimento do sistema CidadES Controle Social. A relação de todas as questões, bem como os construtos aos quais estão associadas, podem ser observados no Apêndice A.

Antes da disponibilização do questionário ao público geral foi realizado um pré-teste com 17 indivíduos habilitados a participar da pesquisa, com o objetivo de identificar se as questões estavam compreensíveis ou se necessitavam de ajustes. Após concluída a coleta de dados do pré-teste identificou-se que não era necessário revisar o questionário, pois, segundo o entendimento dos respondentes, as questões estavam suficientemente claras.

Para realizar a análise dos dados utilizou-se a modelagem de equações estruturais (SEM – *Structural Equation Modeling*), que consiste em um conjunto de técnicas estatísticas que permitem medir e validar as relações hipoteticamente existentes entre múltiplas variáveis. Permitem, também, avaliar se os dados observados são suficientemente capazes de medir os construtos a eles relacionados, confirmando se guardam ou não consistência com o modelo teórico proposto, evidenciando, assim, sua capacidade preditiva (Sarstedt, Ringle, Smith, Reams, & Hair Jr, 2014). Foi escolhida a técnica de estimação por mínimos quadrados parciais (PLS – *Partial Least Squares*), que é indicada quando se pretende fazer modelagem exploratória, focando nas previsões baseadas em dados em detrimento de precisão estatística (Ozkan & Kanat, 2011).

A modelagem de equações estruturais estabelece a existência de dois modelos: modelo de mensuração (*outer model*) e modelo estrutural (*inner model*). A sequência de passos proposta pela SEM exige que ambos os modelos sejam testados. A validação do modelo de mensuração é feita analisando-se sua validade convergente e sua validade discriminante. A validade convergente permite identificar

se os itens do instrumento psicométrico utilizados para medir determinado construto são, de fato, relacionados a esse construto. Já a validade discriminante, também conhecida como validade divergente, permite identificar o grau de distinção entre os construtos do modelo.

Diversas áreas, inclusive a análise de sistemas de gestão de informações (Sarstedt et al., 2014), têm utilizado a PLS-SEM. Ela sugere que a amostra possua, no mínimo, uma quantidade de respondentes válidos equivalente a dez vezes o número de itens do instrumento psicométrico (Sarstedt et al., 2014) o que, neste trabalho, corresponderia a 240 respondentes. Esse valor mínimo foi alcançado, pois foram obtidos 267 respondentes válidos. Vale ressaltar que 109 dos participantes da pesquisa (29% da amostra) tiveram suas respostas rejeitadas por desconhecerem o sistema CidadES Controle Social (pergunta de controle).

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica dos respondentes do instrumento psicométrico.

TABELA 1 – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AMOSTRA

Construtos	Opção	Qtd	%
Sexo	Masculino	165	61,80
	Feminino	102	38,20
Idade	De 18 a 25 anos	9	3,37
	De 26 a 30 anos	25	9,36
	De 31 a 35 anos	44	16,48
	De 36 a 40 anos	51	19,10
	De 41 a 45 anos	44	16,48
	De 46 a 50 anos	33	12,36
	De 51 a 55 anos	40	14,98
	Acima de 55 anos	21	7,87
Escolaridade	Ensino Médio ou menos	6	2,25
	Ensino Técnico	10	3,75
	Ensino Superior	77	28,84
	Pós Graduação	136	50,94
	Mestrado ou mais	38	14,23
Renda	1 a 2 salários mínimos	40	14,98
	3 a 4 salários mínimos	76	28,46
	5 a 10 salários mínimos	106	39,70
	11 a 20 salários mínimos	35	13,11
	Acima de 20 salários mínimos	10	3,75
Servidor público	Municipal	127	47,57
	Estadual	95	35,58
	Federal	10	3,75
	Outro	6	2,25
	Não sou servidor público	29	10,86
Gestor	Sim	131	52,61
	Não	118	47,39

Fonte: Dados da pesquisa

A maior parte dos respondentes do instrumento de coleta de dados é formada por homens na fase madura da vida, de classe média e com formação acadêmica. O percentual de servidores públicos da amostra pode ser um indicativo que o conceito

de controle social tem maior alcance nessa classe profissional e que há a necessidade de uma divulgação mais efetiva, à população em geral, sobre os benefícios do acompanhamento do uso do dinheiro público. Esses servidores públicos, em sua maioria da esfera municipal, ocupam alguma função relacionada à gestão de recursos públicos (contador, controle interno, ordenador de despesas, etc.).

Procedeu-se, inicialmente, à investigação da validade convergente do modelo de mensuração da SEM-PLS, por meio da realização de três análises (Sarstedt et al., 2014): 1) cargas fatoriais; 2) variância média extraída (AVE – *Average Variance Extracted*); 3) confiabilidade composta (CR - *Composite Reliability*).

TABELA 2 – MATRIZ DE CARGAS FATORIAIS

Construtos	**Itens do instrumento**	**Cargas Fatoriais**
Atitude	A1	0,883
	A2	0,842
	A3	0,924
Comportamento	C1	0,903
	C2	0,901
	C3	0,904
Controle comportamental percebido	CCP1	0,938
	CCP2	0,918
	CCP3	0,933
Confiança no sistema informatizado	CSI1	0,911
	CSI2	0,933
	CSI3	0,927
	CSI4	0,847
Intenção	I1	0,931
	I2	0,947
	I3	0,933
Normas subjetivas	N1	0,939
	N2	0,967
	N3	0,927
Utilidade percebida	U1	0,847
	U2	0,924
	U3	0,904
	U4	0,927
	U5	0,904

Fonte: Dados da pesquisa

A avaliação das cargas fatoriais dos itens do instrumento psicométrico indica que todas apresentam valores superiores a 0,7 (Tabela 2), situação que, de acordo com a literatura, é considerada aceitável (Sarstedt et al., 2014)

Já o valor da variância média extraída (AVE) de todos os construtos foi superior a 0,5 (Tabela 3), que também é o valor mínimo recomendando, de acordo com o critério proposto por Fornell e Larcker (1981). Identificou-se também que os valores da confiabilidade composta (CR) de todos os construtos foram superiores a 0,7 (Tabela 3), que é o mínimo aceitável (Sarstedt et al., 2014). Isso indica que todas as variáveis observadas utilizadas no modelo explicam bem os construtos aos quais estão relacionadas. Dessa forma, a partir dessas três análises, evidenciou-se a existência da validade convergente do modelo de mensuração.

Para concluir a avaliação do modelo de mensuração, verificou-se a validade discriminante dos construtos. Para tanto, duas análises foram realizadas (Chin, 1998): 1) cargas cruzadas; 2) comparação das raízes quadradas das AVE.

Não foram encontradas cargas cruzadas, pois todos os itens do instrumento psicométrico apresentaram cargas fatoriais de maior valor nos construtos aos quais estão relacionados, e não nos demais construtos. Em seguida, verificou-se também que os resultados da raiz quadrada das AVE de cada um dos construtos foram maiores do que os valores das correlações com os demais construtos (Tabela 3). Dessa forma, os resultados obtidos nessas duas análises indicam a validade discriminante dos construtos.

TABELA 3 – VALIDADE CONVERGENTE E DISCRIMINANTE DOS CONSTRUTOS

Construto	AVE	CR	A	C	CSI	CCP	I	N	U
A - Atitude	0,781	0,914	0,884						
C - Comportamento	0,815	0,930	0,731	0,903					
CSI - Confiança no sistema	0,819	0,948	0,620	0,631	0,905				
CCP - Contr. Comp. Perc.	0,864	0,950	0,497	0,625	0,474	0,930			
I - Intenção	0,878	0,956	0,746	0,730	0,468	0,452	0,937		
N - Normas subjetivas	0,892	0,961	0,316	0,491	0,376	0,290	0,359	0,945	
U - Utilidade percebida	0,813	0,956	0,802	0,732	0,733	0,570	0,677	0,364	0,902

Legenda: AVE: variância média extraída; CR: confiabilidade composta.
Nota: Os valores em destaque na diagonal representam a raiz quadrada das AVEs de cada construto.
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do modelo de mensuração aponta que os itens do instrumento psicométrico são válidos e suficientemente robustos para medir os construtos aos quais estão relacionados.

Após essa validação, deu-se início ao teste do modelo estrutural. Analisou-se o poder explicativo do modelo por meio do coeficiente de determinação de Pearson (R2) e analisou-se também, por meio de um diagrama de caminhos, os valores e as significâncias estatísticas dos coeficientes de caminho, que representam as relações existentes entre os construtos. Os valores encontrados estão na Figura 3.

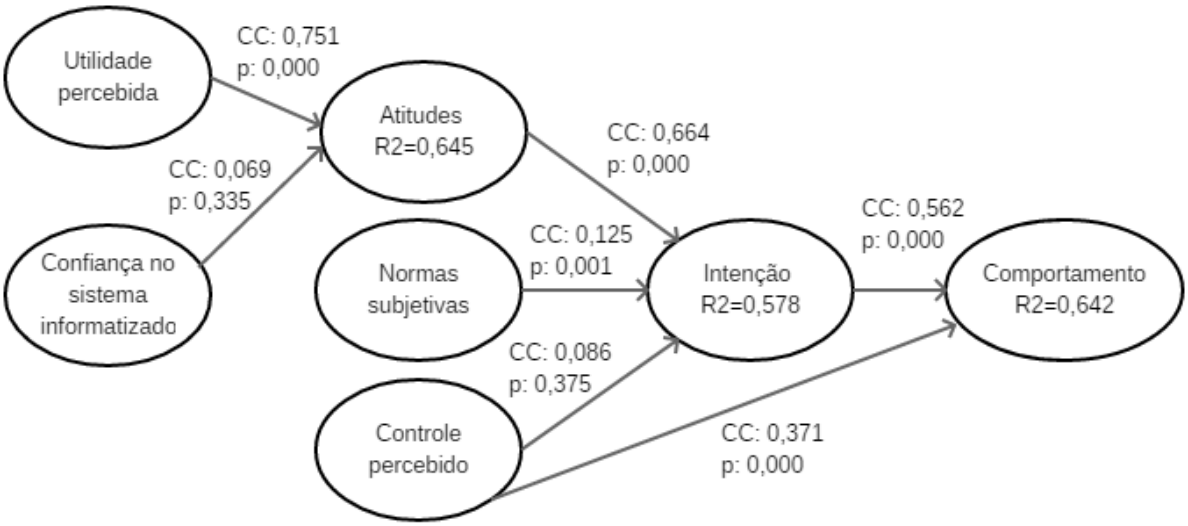

Figura 3 – Modelo estrutural proposto.
Notas: CC = Coeficiente de Caminho, p = Valor p do teste t de Student,
R2 = coeficiente de determinação de Pearson
Fonte: elaboração própria

Todas as variáveis endógenas do modelo proposto apresentaram coeficientes de determinação de Pearson (R2) com valores entre 0,50 e 0,75. De acordo com Hair et al. (2014), valores nessa faixa indicam que as variáveis exógenas explicam de forma moderada a variância identificada em suas respectivas variáveis endógenas.

Com relação aos valores dos coeficientes de caminho, busca-se identificar em que grau um construto causa efeito sobre o outro. Valores próximos de +1.0 são um indicativo de que há uma forte relação positiva entre os construtos. Valores próximos de -1.0 indicam forte relação negativa entre os construtos. Valores próximos de zero são indicativos de relações fracas e para serem consideradas suficientemente robustas, precisam apresentar valor superior a 0,2 (Chin, 1998).

Já as significâncias dos coeficientes de caminho permitem testar se as relações entre os construtos são estatisticamente diferentes de zero. Essa análise é realizada com o teste t de Student e são consideradas significantes as relações onde $p \leq 0,05$ (ou $t \geq 1,96$). Os valores e significâncias dos coeficientes de caminho do modelo, bem como a conclusões relacionadas a cada uma das hipóteses estão na Tabela 4.

TABELA 4 - RESULTADOS DAS ANÁLISES DAS HIPÓTESES

Hipótese	CC	p	Resultado
H1 - A intenção de uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente o comportamento de uso efetivo do sistema.	0,562	0,000	Suportada
H2 - Se o usuário percebe positivamente um sistema informatizado voltado para controle social, haverá uma influência positiva na intenção de uso desse sistema.	0,664	0,000	Suportada
H3 - A crença de que o uso de um sistema informatizado voltado para controle social é visto de forma positiva pelos círculos sociais de um usuário influenciará positivamente na intenção de uso desse sistema.	0,125 (<0,2)	0,001	Não suportada
H4a - A crença de que há controle no uso de um sistema informatizado voltado para controle social exerce influência positiva na intenção de uso desse sistema.	0,086	0,375 (>0,05)	Não suportada

H4b - A crença de que há controle no uso de um sistema informatizado voltado para controle social influencia positiva e diretamente o comportamento de uso do sistema.	0,371	0,000	Suportada
H5 - A utilidade percebida associada ao uso de um sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente a atitude associada ao uso do sistema.	0,751	0,000	Suportada
H6 - A confiança no sistema informatizado voltado ao controle social influencia positivamente a atitude associada ao uso do sistema.	0,069	0,335 (>0,05)	Não suportada

Notas: CC = Coeficiente de Caminho, p = Valor p do teste t de Student
Fonte: Dados da pesquisa e elaboração própria.

A TCP estabelece que a intenção é o principal construto que antecede o comportamento humano, possuindo sobre ele alto poder preditivo (Ajzen, 1991). Esse entendimento (hipótese 1) foi suportado pelos resultados obtidos nesta pesquisa, a partir da observação de relação positiva entre a intenção de uso do CidadES Controle Social e o uso efetivo desse sistema. Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que, ao oferecer aos cidadãos condicionantes que influenciem a intenção de uso do sistema, o governo também estará, mesmo que por via indireta, estimulando o comportamento de uso dessa ferramenta voltada ao controle social.

Hung et al. (2006) e Al-Hujran et al. (2015) apontaram, em suas pesquisas, que a atitude foi o construto preditor com maior grau de influência na intenção de uso de sistemas de governo eletrônico, o que também foi corroborado pelos resultados obtidos neste estudo. A análise dos dados revelou que a intenção de utilizar o sistema CidadES Controle Social é influenciada principalmente pela percepção que os indivíduos têm dos benefícios relacionados ao uso dessa ferramenta. Dessa forma, a hipótese 2 foi suportada. A força da relação entre atitude e intenção sugere que, no caso do CidadES Controle Social, o sistema consegue transmitir aos seus utilizadores o seu potencial de facilitar o acompanhamento do uso dos recursos públicos.

Ao utilizarem a teoria do comportamento planejado, Ozkan e Kanat (2011) e Horst et al. (2007) concluíram que preocupação com avaliação feita pelos círculos sociais (normas subjetivas) não exerce influência sobre a intenção de adoção de ferramentas de *e-governnment*. Como o foco desta pesquisa está diretamente relacionado ao engajamento cívico e à participação popular, supôs-se, a princípio, a existência de influência empreendida por grupos sociais nas intenções e comportamentos dos indivíduos no uso de sistemas voltados ao controle social. Contrariando essa expectativa, porém, observou-se que a relação entre as normas subjetivas e a intenção, mesmo sendo estatisticamente significativa, não se mostrou robusta o suficiente (coeficiente de caminho com valor superior a 0,2) para ser considerada relevante. Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa guardam conformidade com aqueles obtidos por Ozkan e Kanat (2011) e Horst et al. (2007) e podem indicar que o conceito do controle social ainda não é plenamente conhecido pela população, sendo necessárias ações de divulgação mais efetivas, por parte dos governos, para que todos os cidadãos conscientizem-se do seu poder-dever de fiscalizar as ações dos agentes públicos e passem a exigir uns dos outros o mesmo tipo de postura.

Ozkan e Kanat (2011) concluíram que o construto controle comportamental percebido exerce influência positiva sobre a intenção de adoção de sistemas de governo eletrônico, o que não foi suportado por esta pesquisa. Pode causar surpresa a baixa influência identificada na relação entre o construto controle comportamental percebido e a intenção. Observa-se, porém, que esse mesmo construto (controle comportamental percebido) apresenta influência de maior peso e de forma direta sobre o construto comportamento, suportando a hipótese 4b. Isso sugere que o indivíduo, ao ter a convicção de que tem a situação sob seu pleno controle e possui

todos os conhecimentos e recursos necessários, executará diretamente o comportamento relacionado ao uso de ferramentas voltadas ao controle social, sem intermediação prévia da intenção. Ao disponibilizar um sistema voltado ao controle social que seja de fácil uso, de fácil acesso e de fácil entendimento, considera-se que o indivíduo desenvolverá uma sensação de controle que o estimulará a efetivamente utilizar a ferramenta. Como o peso identificado nessa relação não foi muito expressivo (0,371), com valor próximo ao mínimo aceitável (0,2), supõe-se que há a necessidade de aperfeiçoamento dessas características no sistema CidadES Controle Social.

Na análise do modelo proposto, a utilidade percebida relacionada ao uso de uma ferramenta informatizada voltada ao controle social indicou ter poder de influência positiva sobre o construto atitude, suportando a hipótese 5. Esse achado está em consonância com as descobertas de Ozkan e Kanat (2011) e Al-Hujran et al. (2015), que identificaram, em suas pesquisas, que a utilidade percebida é um importante determinante na atitude dos cidadãos em utilizar serviços de *e-government*. Observou-se que os utilizadores do CidadES Controle Social atribuíram considerável grau de utilidade ao sistema na sua função de informar como os recursos públicos estão sendo utilizados pelo governo, influenciando positivamente em sua atitude de utilizá-lo. Essa descoberta sugere que é necessário aperfeiçoar o sistema de forma permanente, incorporando recursos úteis aos cidadãos e mantendo seus dados sempre atualizados.

Finalizando a análise, observou-se que a propensão de utilizar o sistema CidadES Controle Social (atitude) não foi influenciada pelo construto confiança no sistema informatizado, não suportando a hipótese 6. Colesca (2009), Carter e Bélanger (2005) e Kanat e Özkan (2009) apontam que a atitude de utilizar soluções de *e-Government* é influenciada positivamente pela confiança que os utilizadores

depositam nesse tipo de sistema. Dessa forma, o resultado obtido nesta pesquisa pode ser um indicativo de que os respondentes do instrumento psicométrico tiveram um moderado sentimento de confiança nas informações apresentadas pelo sistema CidadES Controle Social. Apesar do nível de confiança não ter sido negativo (o que seria um indicativo de que esse fator desestimulou o uso do sistema estudado), ele também não apresentou força suficiente para que se possa afirmar que ele foi um dos fatores que motivaram a atitude dos utilizadores. Uma possível explicação para o valor do coeficiente de caminho observado no construto confiança no sistema informatizado é a crise de imagem perante a opinião pública pela qual estão passando os órgãos governamentais brasileiros, tendo a sua credibilidade e, em alguns casos, até mesmo a sua própria razão de existir, questionadas pela população.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

De forma geral, os resultados sugerem que a intenção e, por conseguinte, o comportamento, são influenciados de forma positiva, principalmente, pela utilidade que os indivíduos atribuem ao uso desse tipo de ferramenta. A baixa influência observada no construto normas subjetivas, entretanto, parece indicar que o conceito do controle social ainda não está plenamente disseminado entre a população. Essa suposição também é reforçada pelo significativo percentual (29%) de respondentes descartados da amostra por não conhecerem o sistema CidadES Controle Social, bem como pelo baixo percentual (10,8%) de respondentes da amostra que não ocupam cargo público. Para minimizar esse problema, maiores esforços em campanhas de divulgação e conscientização sobre a importância da participação cidadã no acompanhamento do uso dos recursos públicos poderiam auxiliar a popularizar o conceito do controle social. Um possível benefício secundário dessa ação seria aumentar o nível de confiança às iniciativas governamentais, visto que se observou nesta pesquisa que a atitude de uso do sistema informatizado de controle social recebeu baixo grau de influência da confiança atribuída à ferramenta.

A pesquisa oferece sua contribuição teórica ao ampliar o entendimento do comportamento no uso de sistemas de *e-Government*, utilizando a teoria do comportamento planejado para analisar especificamente o uso de sistemas governamentais relacionados ao controle social. Como contribuição prática, o estudo permite que governos e desenvolvedores de *software* possam compreender melhor como alguns fatores influenciam o comportamento de uso de sistemas informatizados voltados ao controle social. Esse entendimento pode servir como subsídio para

direcionar as ações de aperfeiçoamento dessas ferramentas, tornando-as mais efetivas em seu propósito de municiar a população com informações que permitirão o acompanhamento da gestão pública.

Utilizou-se somente um sistema de controle social como objeto de estudo e observou-se um alto percentual de respondentes pertencentes ao próprio setor público, o que compromete a generalização das conclusões. Uma pesquisa futura, com a análise de um conjunto maior de ferramentas informatizadas de controle social e com uma amostra mais abrangente e diversificada de respondentes, pode ser uma oportunidade de suplantar essas limitações. A incorporação de novos construtos no modelo também é uma outra oportunidade de avanço, contribuindo para uma melhor compreensão dos fatores que influenciam o comportamento voltado ao controle social.

REFERÊNCIAS

Ajzen, I. (1991). *The Theory of Planned Behavior. Organizational Behavior and Decision Processes. University of Massachusetts at Amherst*. Academic Press. Inc.

Al-Hujran, O., Al-Debei, M. M., Chatfield, A., & Migdadi, M. (2015). The imperative of influencing citizen attitude toward e-government adoption and use. *Computers in human Behavior*, *53*, 189–203.

Arruda, E. H., da Rocha, F. de S. F., & Montenegro, C. B. (2015). Comportamento planejado, um estudo da intenção empreendedora em incubadoras de empresas através da aplicação de modelagem de equações estruturais. *25ª Conferência ANPROTEC Mato Grosso*.

Brasil, C. C. (2009). *Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009*.

Brasil, C. C. (2011). *Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.*

Carter, L., & Bélanger, F. (2005). The utilization of e-government services: citizen trust, innovation and acceptance factors. *Information systems journal*, *15*(1), 5–25.

Chin, W. (1998). Issues and Opinion on Structural Equation Modeling. *MIS Quarterly*, *22*.

Chu, P.-Y., Hsiao, N., Lee, F.-W., & Chen, C.-W. (2004). Exploring success factors for Taiwan's government electronic tendering system: behavioral perspectives from end users. *Government Information Quarterly*, *21*(2), 219–234.

Colesca, S. E. (2009). Understanding trust in e-government. *Engineering Economics*, *63*(4).

Davis, F. D., Bagozzi, R. P., & Warshaw, P. R. (1989). User acceptance of computer technology: a comparison of two theoretical models. *Management science*, *35*(8), 982–1003.

F. Hair, J., Hult, T., Ringle, C., & Sarstedt, M. (2014). *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling*.

Ferreira, M. A. S., & Ferreira, M. A. M. (2014). Condicionantes da Atuação do Controle Social no Contexto Municipal. *Condicionantes da Atuação do Controle Social no Contexto Municipal*. Apresentado em XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1128.pdf

Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. *Journal of Marketing Research*, *18*(1), 39–50. https://doi.org/10.1177/002224378101800104

Horst, M., Kuttschreuter, M., & Gutteling, J. M. (2007). Perceived usefulness, personal experiences, risk perception and trust as determinants of adoption of e-government services in The Netherlands. *Computers in Human Behavior*, *23*(4), 1838–1852. https://doi.org/10.1016/j.chb.2005.11.003

Hung, S.-Y., Chang, C.-M., & Yu, T.-J. (2006). Determinants of user acceptance of the e-Government services: The case of online tax filing and payment system. *Government Information Quarterly*, *23*(1), 97–122.

Kanat, İ., & Özkan, S. (2009). Exploring citizens' perception of government to citizen services: A model based on theory of planned behaviour (TBP). *Transforming Government: People, Process and Policy*, *3*(4), 406–419. https://doi.org/10.1108/17506160910997900

Linhares, J. E., & Humenhuk, H. (2012). *Ferramentas de Controle Social da Administração Pública: o que a sociedade espera da informação pública?* 30.

Mathieson, K. (1991). Predicting user intentions: comparing the technology acceptance model with the theory of planned behavior. *Information systems research*, *2*(3), 173–191.

Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública*, *42*(3), 551–579. https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006

Ozkan, S., & Kanat, I. E. (2011). e-Government adoption model based on theory of planned behavior: Empirical validation. *Government Information Quarterly*, *28*(4), 503–513. https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.10.007

Rana, N., Lal, B., & Slade, E. (2016). Adoption of Two Indian E-Government Systems: Validation of Extended Theory of Planned Behavior (TPB). *San Diego*, 10.

Sabioni, M., Ferreira, M. A. M., & Reis, A. de O. (2018). Racionalidades na motivação para a participação cidadã no controle social: uma experiência local brasileira. *Cadernos EBAPE.BR*, *16*(1), 81–100. https://doi.org/10.1590/1679-395155420

Sarstedt, M., Ringle, C. M., Smith, D., Reams, R., & Hair Jr, J. F. (2014). Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM): A useful tool for family business researchers. *Journal of Family Business Strategy*, *5*(1), 105–115.

Taylor, S., & Todd, P. A. (1995). Understanding information technology usage: A test of competing models. *Information systems research*, *6*(2), 144–176.

Tosi, G. M. A. T. (2009). *Cidadania e Controle Social - Condicionantes e determinantes da participação popular no controle dos gastos públicos no Brasil*. 14.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO E VARIÁVEIS

Pesquisa de opinião sobre ferramentas informatizadas de Controle Social

Esta pesquisa busca conhecer a opinião das pessoas a respeito de ferramentas informatizadas voltadas ao controle social das contas públicas.

Antes de prosseguir, convidamos você a conhecer a ferramenta CidadES Controle Social, disponível em http://cidades.tce.es.gov.br, que permite que os cidadãos acompanhem como os recursos públicos são captados e gastos no Espírito Santo.

Após usar o sistema, responda as questões abaixo. Não será necessário se identificar e não levará mais que 3 minutos.

A escala de 1 a 7 pontos representa o grau em que você concorda ou discorda das afirmações. Não há respostas certas ou erradas em qualquer um dos itens, pois o que se pretende é apenas a sua opinião sincera. Para o questionário ser considerado válido, todas as questões devem ser respondidas.

As respostas são confidenciais e serão utilizadas para aperfeiçoar o sistema.

Agradecemos pela sua disposição em colaborar!

Mestrado em Administração Pública - FUCAPE
Mestrando: Klayson Sesana Bonatto
Professor orientador: Dr. Fábio Yoshio Suguri Motoki

ESCALA

Likert de 7 pontos, onde:

7 = Concordo totalmente
6 = Concordo
5 = Concordo um pouco
4 = Não concordo nem discordo
3 = Discordo um pouco
2 = Discordo
1 = Discordo plenamente

QUESTÃO DE CORTE

Você já visitou o CidadES Controle Social, disponível em http://cidades.tce.es.gov.br?	☐	Sim
	☐	Não

VARIÁVEIS	CONSTRUTO
Quero usar o sistema CidadES Controle Social para acompanhar o uso dos recursos públicos capixabas. Minha intenção é usar o sistema CidadES Controle Social para acompanhar o uso dos recursos públicos capixabas. Para acompanhar o uso dos recursos públicos capixabas eu tenho a intenção de usar o sistema CidadES Controle Social o máximo possível.	Intenção (Mathieson, 1991)
Considero uma boa ideia usar o sistema CidadES Controle Social para obter informações sobre os órgãos públicos capixabas. Eu gosto de usar o sistema CidadES Controle Social para obter informações sobre os órgãos públicos capixabas. Considero interessante usar o sistema CidadES Controle Social para obter informações sobre os órgãos públicos capixabas.	Atitude (Al-Hujran et al., 2015)

Pessoas que são importantes para mim (colegas, família) me estimulam a usar o sistema CidadES Controle Social para acompanhar o uso dos recursos públicos. Pessoas que influenciam meu comportamento querem que eu use o sistema CidadES Controle Social para acompanhar o uso dos recursos públicos. Pessoas cujas opiniões eu valorizo gostariam que eu utilizasse o sistema CidadES Controle Social para acompanhar o uso dos recursos públicos.	Normas subjetivas (Mathieson, 1991)
O sistema CidadES Controle Social me permite obter informações sobre as finanças dos órgãos públicos capixabas de forma mais rápida. Eu acho que o sistema CidadES Controle Social me oferece um serviço de grande valor. As informações fornecidas pelo sistema CidadES Controle Social são úteis para mim. O sistema CidadES Controle Social me facilita a busca de informações sobre as finanças dos órgãos públicos capixabas. Eu considero útil o sistema CidadES Controle Social.	Utilidade percebida (Carter & Bélanger, 2005)
Eu acho que posso confiar no sistema CidadES Controle Social. Posso confiar no sistema CidadES Controle Social para obter informações fidedignas sobre os órgãos públicos capixabas. Na minha opinião, o sistema CidadES Controle Social é confiável. Eu confio que o sistema CidadES Controle Social foi projetado para atender os interesses da sociedade.	Confiança no sistema informatizado (Carter & Bélanger, 2005)

Eu tenho capacidade para utilizar o sistema CidadES Controle Social. Utilizar o sistema CidadES Controle Social está totalmente sob meu controle, ou seja, posso usar quando julgar necessário. Tenho os recursos, o conhecimento e a habilidade necessários para utilizar o sistema CidadES Controle Social.	Controle comportamental percebido (Taylor & Todd, 1995)
Passarei a usar o sistema CidadES Controle Social para acompanhar o uso dos recursos públicos. Considerando os meios que tenho à disposição e que me permitem acompanhar o uso dos recursos públicos, preferirei usar o sistema CidadES Controle Social. A partir de agora minha frequência de uso do sistema CidadES Controle Social será muito alta.	Comportamento (Chu et al., 2004)

DADOS DEMOGRÁFICOS

Seu sexo é:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

Sua idade em anos é:

- ☐ De 18 a 25 anos
- ☐ De 26 a 30 anos
- ☐ De 31 a 35 anos
- ☐ De 36 a 40 anos
- ☐ De 41 a 45 anos
- ☐ De 46 a 50 anos
- ☐ De 51 a 55 anos
- ☐ Acima de 55 anos

Seu nível de escolaridade é:

- ☐ Ensino Médio ou menos
- ☐ Ensino Técnico
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Pós Graduação
- ☐ Mestrado ou mais
- ☐ Outro

A sua renda é:

- [ ] 1 a 2 salários mínimos
- [ ] 3 a 4 salários mínimos
- [ ] 5 a 10 salários mínimos
- [ ] 11 a 20 salários mínimos
- [ ] Acima de 20 salários mínimos

Você é servidor público:

- [ ] Federal
- [ ] Estadual
- [ ] Municipal
- [ ] Outro
- [ ] Não sou servidor público

Caso seja servidor público, você ocupa alguma função relacionada à gestão de recursos públicos (contador, controle interno, ordenador de despesas, etc.)?

- [ ] Sim
- [ ] Não

Tomou conhecimento da existência do sistema CidadES Controle Social de que forma?

- [ ] Indicação de conhecidos
- [ ] Site Tribunal de Contas do ES
- [ ] Imprensa
- [ ] Redes sociais
- [ ] Busca na Internet
- [ ] Por meio desta pesquisa
- [ ] Outros